A EVOLUÇÃO DO DIREITO AMBIENTAL: O IMPACTO DA TECNOLOGIA NA PRESERVAÇÃO AMBIENTAL E DIREITOS HUMANOS

Autor(res)

Administrador Kroton
Vanice Borges Luz

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

Introdução

A crescente adoção de tecnologias no campo do direito ambiental tem gerado significativas transformações, especialmente no que se refere à preservação do meio ambiente e à garantia dos direitos humanos. O avanço tecnológico trouxe novas possibilidades de monitoramento e fiscalização ambiental, como o uso de drones,satélites e inteligência artificial, permitindo uma gestão mais eficiente dos recursos naturais e uma resposta mais rápida aos danos ambientais. No entanto, a implementação dessas tecnologias levanta questões jurídicas relevantes, como a proteção da privacidade, o controle de dados e a adaptação das legislações existentes para lidar com os novos desafios. O direito ambiental, historicamente focado em regulamentar atividades humanas que afetam o meio ambiente, precisa se reinventar diante das inovações tecnológicas,para garantir que essas práticas sejam sustentáveis e respeitem os direitos fundamentais das pessoas, como o direito à saúde,ao meio ambiente.

Objetivo

Analisar a aplicação de tecnologias no campo do direito ambiental, focando na sustentabilidade e seus efeitos diretos nos direitos humanos, identificando desafios e soluções jurídicas emergentes.

Material e Métodos

A pesquisa utiliza revisão bibliográfica de doutrinas jurídicas e estudos de caso, com foco em legislações nacionais e internacionais sobre sustentabilidade e tecnologia. A metodologia aplicada é qualitativa, analisando os impactos da tecnologia no direito ambiental, principalmente no uso de inteligência artificial, big data e sistemas de monitoramento. A pesquisa também envolve uma análise comparativa das legislações de diferentes países que enfrentam problemas semelhantes em termos de preservação ambiental e proteção dos direitos humanos. Esse estudo busca identificar os desafios legais gerados pela integração dessas tecnologias, avaliando como os ordenamentos jurídicos estão adaptando suas normas e estruturas para lidar com as questOs resultados mostram que a adoção de tecnologias no direito ambiental possibilita uma maior eficácia na fiscalização e no monitoramento de práticas ambientais, como o uso de drones e sensores para o controle de desmatamento.

Resultados e Discussão

Os resultados mostram que a adoção de tecnologias no direito ambiental possibilita uma maior eficácia na

fiscalização e no monitoramento de práticas ambientais, como o uso de drones e sensores para o controle de desmatamento. No entanto, surgem desafios relacionados à privacidade e à proteção de dados, que precisam ser balanceados com as garantias ambientais e os direitos humanos. A análise também revela a falta de uma regulamentação jurídica uniforme sobre o uso dessas tecnologias, o que pode resultar em uma aplicação desigual e ineficaz da legislação ambiental.

Conclusão

A integração de tecnologia no direito ambiental oferece vantagens significativas, como maior controle e eficiência nas políticas públicas de preservação. Contudo, é essencial que o direito evolua para acompanhar essas mudanças, criando regulamentações que assegurem a proteção tanto do meio ambiente quanto dos direitos fundamentais dos cidadãos, como a privacidade e a igualdade.

Referências

LUZ, Vanice Borges. 2025. Graduanda em Direito
SILVA, José Afonso da. Direito Ambiental Brasileiro. 16ª ed. São Paulo: Malheiros, 2020.

MENDES, Gilmar. Direitos Humanos e a Constituição. 12ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2021.

BARROSO, Luís Roberto. O direito constitucional na contemporaneidade. 3ª ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

PAULO, Renato. Sustentabilidade e Desenvolvimento: Questões Jurídicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2023.